

Soraia Faria

Para: APLM Lixo Marinho
Assunto: RE: Parecer sobre Proposta de alteração do Parque Marinho dos Açores

De: APLM Lixo Marinho <ap.lixomarinho@gmail.com>
Enviada: 23 de abril de 2025 10:19
Para: Apreciacao Publica <apreciacaopublica@alra.pt>
Cc: Joana Antunes [REDACTED]; Jose Goncalves [REDACTED]; Paula Sobral [REDACTED]
Assunto: Parecer sobre Proposta de alteração do Parque Marinho dos Açores

Exmo. Senhor Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável,

A Associação Portuguesa de Lixo Marinho (APLM) vem por este meio expressar a sua profunda preocupação relativamente à proposta apresentada para alterar o Parque Marinho dos Açores, proposta que visa permitir a pesca de atum com salto e vara nas áreas marinhas de proteção total.

Como organização comprometida com a preservação e conservação dos ecossistemas marinhos, particularmente com o combate ao lixo marinho, entendemos que qualquer alteração a estas áreas de proteção total representa um retrocesso significativo nos esforços de conservação marinha da Região Autónoma dos Açores. As áreas de proteção total, tal como definidas pela IUCN (International Union for Conservation of Nature), têm como objetivo principal a preservação integral dos ecossistemas marinhos, sendo incompatível com qualquer atividade extrativa, incluindo a pesca, por constituírem "santuários" necessários para a regeneração da biodiversidade e a manutenção da saúde dos oceanos.

A APLM sublinha que a atual configuração da RAMPA resultou de um processo participativo e de cocriação, amplamente envolvente e baseado em sólidas evidências científicas, no qual diversos stakeholders, incluindo organizações científicas, pescadores, operadores turísticos e entidades públicas, participaram ativamente.

Alterações a este processo, sem uma base científica substancial e sem o devido respeito pelas deliberações anteriores, prejudicam a credibilidade do processo democrático e desvalorizam o compromisso assumido pela Região Autónoma dos Açores para a conservação dos ecossistemas marinhos e o cumprimento dos compromissos internacionais relacionados com a proteção da biodiversidade marinha.

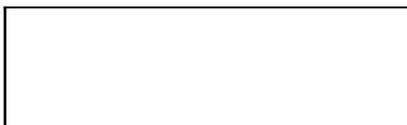
Adicionalmente, a APLM alerta para os impactos negativos que esta proposta poderá ter sobre outras atividades económicas, como o ecoturismo marinho, que se tem revelado uma fonte crescente de geração de riqueza e emprego nas ilhas dos Açores. A desregulação das áreas marinhas de proteção total poderá resultar em conflitos de uso do espaço marítimo, prejudicando as atividades de observação de cetáceos, mergulho e turismo científico, que são cruciais para o desenvolvimento sustentável da economia azul não extrativa.

Por fim, reiteramos que a conservação dos ecossistemas marinhos é uma prioridade que deve transcender interesses setoriais, promovendo um equilíbrio entre as diversas atividades económicas e a preservação dos recursos naturais.

A APLM apela à Assembleia Legislativa Regional dos Açores para que rejeite esta proposta de alteração, mantenha a integridade da RAMPA e continue a priorizar a implementação de políticas de conservação marinha que respeitem as melhores práticas científicas e os compromissos assumidos com a proteção do oceano.

Atentamente,

Paula Sobral



Por um mar sem lixo!

Parecer sobre Proposta de alteração do Parque Marinho dos Açores

A Associação Portuguesa de Lixo Marinho (APLM) vem por este meio expressar a sua profunda preocupação relativamente à proposta apresentada para alterar o Parque Marinho dos Açores, proposta que visa permitir a pesca de atum com salto e vara nas áreas marinhas de proteção total.

Como organização comprometida com a preservação e conservação dos ecossistemas marinhos, particularmente com o combate ao lixo marinho, entendemos que qualquer alteração a estas áreas de proteção total representa um retrocesso significativo nos esforços de conservação marinha da Região Autónoma dos Açores. As áreas de proteção total, tal como definidas pela IUCN (International Union for Conservation of Nature), têm como objetivo principal a preservação integral dos ecossistemas marinhos, sendo incompatível com qualquer atividade extrativa, incluindo a pesca, por constituírem "santuários" necessários para a regeneração da biodiversidade e a manutenção da saúde dos oceanos.

A APLM sublinha que a atual configuração da RAMPA resultou de um processo participativo e de cocriação, amplamente envolvente e baseado em sólidas evidências científicas, no qual diversos stakeholders, incluindo organizações científicas, pescadores, operadores turísticos e entidades públicas, participaram ativamente. Alterações a este processo, sem uma base científica substancial e sem o devido respeito pelas deliberações anteriores, prejudicam a credibilidade do processo democrático e desvalorizam o compromisso assumido pela Região Autónoma dos Açores para a conservação dos ecossistemas marinhos e o cumprimento dos compromissos internacionais relacionados com a proteção da biodiversidade marinha.

Adicionalmente, a APLM alerta para os impactos negativos que esta proposta poderá ter sobre outras atividades económicas, como o ecoturismo marinho, que se tem revelado uma fonte crescente de geração de riqueza e emprego nas ilhas dos Açores. A desregulação das áreas marinhas de proteção total poderá resultar em conflitos de uso do espaço marítimo, prejudicando as atividades de observação de cetáceos, mergulho e turismo científico, que são cruciais para o desenvolvimento sustentável da economia azul não extrativa.

Por fim, reiteramos que a conservação dos ecossistemas marinhos é uma prioridade que deve transcender interesses setoriais, promovendo um equilíbrio entre as diversas atividades económicas e a preservação dos recursos naturais.

A APLM apela à Assembleia Legislativa Regional dos Açores para que rejeite esta proposta de alteração, mantenha a integridade da RAMPA e continue a priorizar a implementação de políticas de conservação marinha que respeitem as melhores práticas científicas e os compromissos assumidos com a proteção do oceano.

Atentamente,

Associação Portuguesa do Lixo Marinho

Portuguese Marine Litter Association

FCT - Universidade Nova de Lisboa

Campus da Caparica

2829-516 CAPARICA, Portugal

Tel: +351 2948500 (ext.10106)

Fax: +351 2948554

Email: ap.lixomarinho@gmail.com

<http://www.aplixomarinho.org>

<http://www.facebook.com/aplixomarinho>

<https://www.instagram.com/aplixomarinho>

[Associação Portuguesa do Lixo Marinho](http://www.aplixomarinho.org)[linkedin.com](https://www.linkedin.com/company/aplixomarinho)